

Alterações Códigos Tributários



Foi publicada a Lei nº 119/2019, de 18 de setembro, que estabelece alterações em vários códigos fiscais.

De seguida é apresentado um resumo das principais alterações introduzidas:

Imposto do Rendimento sobre as Pessoas Singulares (IRS)

Artigo 9.º - Indemnizações - Bens imóveis (Categoria G)

Estabelece-se que as indemnizações devidas por renúncia onerosa a posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a bens imóveis, com exceção das indemnizações legalmente devidas pela renúncia de contratos de arrendamento sem termo, que constituam habitação própria e permanente dos sujeitos passivos, passam a ser consideradas rendimento do ano em que são pagas ou colocadas à disposição.

Artigo 57.º - Mais-Valias Imobiliárias - Reinvestimento

Os sujeitos passivos de IRS devem mencionar a intenção de efetuar o reinvestimento do valor de realização de imóveis que configurem a sua habitação própria e permanente na aquisição de outro imóvel nas mesmas condições, na declaração de IRS do ano de realização, indicando na mesma e nas declarações dos três anos seguintes, os investimentos efetuados. Anteriormente esta obrigação era aplicável na declaração de IRS do ano de realização e nas declarações dos dois anos seguintes.

Artigo 72.º - Arrendamentos de longa duração - Redução da taxa de tributação autónoma

Estabelece-se que a redução da taxa de tributação autónoma que incide sobre os rendimentos prediais, resultante da entrada em vigor da Lei n.º 3/2019, de 9 de janeiro, é aplicável apenas nos casos de contratos de arrendamento para habitação permanente.

A taxa de tributação autónoma de 28% que incide sobre os rendimentos prediais será reduzida nos seguintes termos:

- i. 2 pontos percentuais, passando para 26%, quando decorrentes de contratos de arrendamento para habitação permanente com duração igual ou superior a 2 anos e inferior a 5 anos; e por cada renovação com igual duração, é aplicada uma redução adicional de 2 pontos percentuais, até ao limite de 14 pontos percentuais;
- ii. 5 pontos percentuais, passando para 23%, quando decorrentes de contratos de arrendamento para habitação permanente com duração igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos; e por cada renovação com igual duração, é aplicada uma redução adicional de 5 pontos percentuais, até ao limite de 14 pontos percentuais;

iii. 14 pontos percentuais, passando para 14%, quando decorrentes de contratos de arrendamento para habitação permanente com duração igual ou superior a 10 anos e inferior a 20 anos;

iv. 18 pontos percentuais, passando para 10%, quando decorrentes de contratos de arrendamento para habitação permanente com duração igual ou superior a 20 anos.

Adicionalmente prevê-se que no caso de cessação dos referidos contratos, por motivo imputável ao Senhorio, antes de decorridos os prazos de duração dos mesmos ou das respetivas renovações, perde-se o direito às reduções da taxa, com efeitos desde o início do contrato/renovação.

Nesta hipótese, os titulares dos rendimentos prediais deverão, no ano da cessação do contrato, dar conhecimento deste facto ficando obrigados a regularizar a diferença entre o montante do imposto que foi pago e aquele que deveria ter sido efetivamente liquidado, acrescida de juros

Artigo 74.º - Rendimentos de anos anteriores - Declaração de substituição

Prevê-se a opção de, sempre que seja possível imputar rendimentos relativos a anos anteriores, o sujeito passivo possa, em alternativa, proceder à entrega de declarações de substituição relativamente aos anos a que os rendimentos respeitam, com o limite do quinto ano imediatamente anterior ao do pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos.

Esta opção não se aplica a rendimentos que dependam de decisão judicial para serem pagos ou colocados à disposição do seu titular.

Para efeitos de contagem do prazo de caducidade, o facto tributário considera-se verificado no ano do pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos.



Artigos 81.º e 99.º-D - Retenção na fonte autónoma sobre pensões e prestações adicionais, relativas a anos anteriores

As pensões relativas a anos anteriores ao do pagamento ou colocação à disposição ao respetivo sujeito passivo, passam a ser objeto de retenção na fonte autónoma, não podendo ser adicionadas, para efeito de cálculo do imposto a reter, às pensões dos meses em que são pagas ou colocadas à disposição.

Por forma a determinar a respetiva taxa de retenção na fonte aplicável a pensões de anos anteriores, o valor das mesmas deverá ser dividido pela soma do número de meses a que respeitam, aplicando-se a taxa apurada à totalidade das pensões.

Igualmente, no que respeita às prestações adicionais correspondentes ao 13.º e 14.º meses referentes a anos anteriores, prevê-se que as mesmas sejam sempre objeto de retenção na fonte autonomamente por cada ano a que respeitam, não podendo ser adicionadas às pensões dos meses em que são pagas ou colocadas à disposição.

Artigos 101.º-C e 119.º - Pagamentos a não residentes

Foram introduzidas alterações aos procedimentos para eliminar ou reduzir a retenção na fonte de IRS aplicável a pagamentos a não residentes.

No caso de um sujeito passivo que seja residente fiscal num país com o qual Portugal tenha celebrado uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação (CDT), é possível afastar a obrigação de efetuar a retenção na fonte de IRS, no todo ou em parte, consoante os casos, sobre, por exemplo, rendimentos do trabalho, rendimentos de capitais, pensões. Para acionar a referida CDT, o beneficiário do rendimento deverá apresentar um formulário de modelo oficial, acompanhado de documento emitido pelas autoridades competentes do respetivo Estado de residência que ateste a residência fiscal do sujeito passivo para efeitos fiscais no período em causa e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.

Imposto do Rendimento sobre as Pessoas Coletivas (IRC)

Artigo 20.º - Rendimentos e ganhos: Obrigações e outros títulos subordinados

Passa a ser considerado como rendimento, na esfera do emitente, o montante da redução, total ou parcial, do valor do capital em dívida de obrigações ou outros títulos subordinados desde que não atribuam ao respetivo titular o direito a receber dividendos nem direito de voto em assembleia geral de acionistas e não sejam convertíveis em partes sociais.

Artigo 24.º - Variações patrimoniais negativas: Obrigações e outros títulos subordinados

É eliminada a referência específica aos instrumentos de fundos próprios emitidos por entidades reguladas do setor financeiro. A norma passa a abranger a generalidade dos sujeitos passivos de IRC, ao permitir a dedução fiscal das variações patrimoniais negativas relativa à distribuição de rendimentos de obrigações ou outros títulos subordinados, que não atribuam ao respetivo titular o direito a receber dividendos nem direito de voto em assembleia geral de acionistas e não sejam convertíveis em partes sociais.

Artigo 98.º - Dispensa ou reembolso total ou parcial de retenção na fonte sobre rendimentos auferidos por não residentes: Simplificação de procedimentos

Simplifica-se o procedimento para a dispensa ou reembolso, total ou parcial, de retenção na fonte sobre rendimentos auferidos por não residentes, passando a ser necessária a apresentação de um formulário, ainda pendente de aprovação, acompanhado de um documento emitido pelas autoridades competentes do respetivo Estado de residência que ateste a sua residência para efeitos fiscais no período em causa e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.

Artigo 130.º - Processo de documentação fiscal: Grandes Contribuintes

Os sujeitos passivos acompanhados pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC), passam a ser obrigados a proceder à entrega do processo de documentação fiscal (“dossier fiscal”), incluindo a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência, até ao dia 15 de julho ou até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data de término do seu período fiscal, para as entidades que optem por não adotar um exercício coincidente com o ano civil.

As entidades que aplicam o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), continuam a ser obrigadas a entregar o processo de documentação fiscal até ao dia 15 de julho ou até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data de término do seu período fiscal, para as entidades que optem por não adotar um exercício coincidente com o ano civil.

Artigo 143.º - Volume de negócios: Conceito

Foi aditado ao Código do IRC o artigo 143.º que consagra a definição de "Volume de Negócios" como sendo o valor das vendas e dos serviços prestados, onde se incluem as rendas relativas a propriedades de investimento.

No caso dos bancos, empresas de seguros e outras entidades do setor financeiro, o conceito de "Volume de Negócios" corresponde aos juros e rendimentos similares e comissões, ou prémios brutos emitidos e comissões de contratos de seguro e operações consideradas como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços, consoante a natureza da atividade exercida pelo sujeito passivo.

De salientar que, em consequência desta alteração, foram revogados os n.ºs 4 e 5 do Artigo 106.º, relativos ao volume de negócios para efeitos do Pagamento especial por conta.

Preços de Transferência

Artigo 63.º do CIRC - Preços de Transferência

Operações sujeitas

A definição de operações sujeitas às regras de preços de transferência foi alargada de modo a incluir explicitamente operações realizadas com entidades relacionadas no âmbito de operações de reestruturação ou de reorganização empresariais.

Métodos de preços de transferência

Está previsto o fim da hierarquização dos métodos de preços de transferência a adotar pelo sujeito passivo para assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações ou séries de operações que efetua com entidades relacionadas e outras substancialmente idênticas, efetuadas entre entidades independentes.

Foi também introduzida a referência a outros métodos ou técnicas de análise sempre que os métodos de preços de transferência não possam ser utilizados, devido ao carácter único ou singular das operações ou à falta ou escassez de informações e dados comparáveis fiáveis.

Estas alterações visam alinhar a legislação Portuguesa em matéria de preços de transferência com as orientações vertidas na versão de 2017 dos Princípios Aplicáveis em Matéria de Preços de Transferência destinados às Empresas Multinacionais e às Administrações Fiscais da OCDE.

IES/Declaração Anual

O conteúdo da legislação foi atualizado por forma a estar alinhado com a informação incluída na Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual, nomeadamente no que diz respeito:

- À identificação das metodologias de determinação dos preços de transferência utilizadas;
- Às alterações ocorridas ao nível das metodologias adotadas (caso existentes) e
- À indicação do valor das correções efetuadas na determinação do lucro tributável pela não observância do princípio da plena concorrência na fixação dos termos e condições das operações (caso existentes).

Ajustamentos de preços de transferência

Foi reforçado o poder da Autoridade Tributária e Aduaneira de efetuar correções na determinação do lucro tributável/ rendimento tributável quando as regras de preços de transferências não sejam respeitadas.

Legislação adicional

A Portaria n.º 1146-C/2001, de 21 de dezembro, que atualmente regula os preços de transferência nas operações efetuadas entre um sujeito passivo do IRS ou do IRC e qualquer outra entidade, será igualmente objeto de revisão por forma a alinhar a regulamentação com as novas disposições introduzidas pela presente lei.

Alterações ao Artigo 138.º - Acordos Prévios sobre Preços de Transferência

Os Acordos Prévios sobre Preços de Transferência passam a ter um prazo de vigência máximo de quatro anos (anteriormente, três anos).

Outros Impostos

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Pagamento

A partir de 1 de outubro de 2019, verifica-se a extensão, em cinco dias, do prazo para efetuar o pagamento do IVA. Os novos prazos serão:

- Regime mensal, até ao dia 15 do 2.º mês seguinte;
- Regime trimestral, até ao dia 20 do 2.º mês seguinte.

Os prazos para a submissão das declarações periódicas de IVA mantêm-se inalterados.

Imposto do Selo

Artigo 49.º - Garantias dos contribuintes

Passa a estar expressamente previsto que os sujeitos passivos obrigados a liquidar o imposto e os titulares do encargo do imposto podem apresentar reclamação graciosa nos termos do artigo 131.º, n.º 1 do Código do Procedimento e do Processo Tributário (reclamação em caso de erro na autoliquidação). Esta alteração entra em vigor em 1 de janeiro de 2020.

Artigo 51.º - Compensação do imposto

É revogado o artigo 51.º do Código do Imposto do Selo, referente à compensação do imposto em resultado da anulação ou redução do valor da operação, ou de erros materiais no cálculo do imposto. Esta revogação terá efeitos a partir da entrada em vigor da Declaração Mensal de Imposto do Selo referida no artigo 52.º-A do Código do Imposto do Selo. Caso não seja possível efetuar a compensação relativamente a períodos anteriores à data de entrada em vigor da Declaração Mensal, o sujeito passivo deve reclamar graciosamente no prazo de 2 anos a contar daquela data.

Artigo 52.º-A - Declaração mensal de Imposto do Selo

As alterações aos elementos incluídos na declaração mensal de Imposto do Selo devem ser efetuadas através de declaração de substituição relativamente ao período a que as alterações se reportam:

- a) A todo o tempo, quando da alteração resulte imposto em montante superior ao anteriormente declarado;
- b) No prazo de um ano após o termo do prazo para entregar a declaração ou a data da conclusão do processo inspetivo, consoante o que ocorrer primeiro.

Se da substituição resultar imposto inferior ao declarado, o reembolso de imposto ao sujeito passivo deverá ser efetuado até ao fim do segundo mês seguinte ao da submissão da declaração de substituição.

Deste artigo não resulta a ampliação de prazos para interposição de ações de natureza graciosa ou contenciosa.

Esta alteração produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020

Verba 11.2 TGIS - Bingo online

São excluídos da incidência do Imposto do Selo os prémios do bingo online.

Imposto Municipal sobre Imóveis

Artigo 81.º, n.º 2 - Prédios em nome de heranças indivisas

Passa a constar da matriz predial dos prédios inscritos em nome das heranças indivisas a identificação dos herdeiros com menção às respetivas quotas partes.

Artigo 93.º, n.º 7 - Acesso a cadernetas prediais

Os advogados e os solicitadores passam a poder ter também acesso à informação constante das cadernetas prediais, quando se trate de matéria relacionada com o interesse efetivo dos seus clientes, ficando sujeitos a deveres de confidencialidade relativamente à informação consultada.

Artigo 112.º, n.º 3 - Taxa agravada para prédios parcialmente devolutos

As taxas de IMI são agravadas para o triplo também relativamente aos prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso de prédios não constituídos em propriedade horizontal, sob a parte do VPT correspondente às partes devolutas.

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)**Artigo 21.º, n.º 2, c) - Competência para a liquidação de IMT**

Nos casos em que a declaração de IMT (Modelo 1) for entregue através de meios eletrónicos ou através do procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédio urbano em atendimento presencial único, considera-se competente para a liquidação do IMT o serviço de finanças do domicílio ou sede do sujeito passivo.



Justiça Tributária

Código do Procedimento e Processo Tributário (CPPT)

Artigo 39.º, n.º 10, CPPT - Perfeição das notificações

As notificações para o domicílio fiscal eletrónico passam a considerar-se efetuadas no 15.º dia posterior ao registo de disponibilização na morada única digital ou na caixa postal eletrónica (anteriormente, no 5.º dia). Porém, a contagem só se inicia no 1.º dia útil seguinte ao envio.

Regime Jurídico da Arbitragem Tributária (RJAT)

Artigo 25.º, n.º 2, do RJAT - Alargamento do recurso da decisão arbitral

Prevê-se o alargamento do recurso para o Supremo Tribunal Administrativo quando, entre decisões arbitrais, exista oposição quanto à mesma questão fundamental de direito.

Anteriormente, este tipo de recurso só era possível quando a decisão arbitral estivesse em oposição com acórdão de tribunal superior (Tribunal Central Administrativo ou Supremo Tribunal Administrativo).

Este recurso é aplicável aos processos pendentes a 1 de outubro de 2019, incluindo aqueles cuja decisão arbitral seja suscetível de recurso nessa data.

Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)

Artigo 116.º, n.º 4, RGIT - Falta ou atraso de declarações sobre pagamentos a sujeitos passivos de IRS e de IRC e sobre transferências para paraísos fiscais

Passa a ser punível com coima de € 3.000 a € 165.000 a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo, por instituições de crédito, sociedades financeiras e demais entidades prestadoras de serviços de pagamento, de declarações e informações relativas a:

- Pagamentos (com cartões de crédito, débito ou meios eletrónicos) efetuados a sujeitos passivos de IRS (categoria B) ou de IRC;

- Transferências e envio de fundos para paraíso fiscal através de sucursal localizada fora de Portugal.

As omissões e inexatidões nas declarações em apreço são puníveis com igual coima.

Anteriormente, estas condutas eram puníveis com coima de € 150 a € 3.750.

Artigo 117.º, n.º 6, RGIT - Falta ou atraso na entrega do Modelo 54 (Country-by-Country report)

Passa a ser punível com coima de € 500 a € 10.000 a falta de apresentação da declaração de comunicação da identificação da entidade declarante da política de preços de transferência adotada. Introdução de uma coima específica que poderá ir até € 20.000, acrescida de 5% por cada dia de atraso no cumprimento da obrigação, caso não seja apresentado no prazo legalmente estipulado a declaração de comunicação da identificação da entidade declarante relativa ao *Country-by-Country Report* (Modelo 54).

Artigo 119.º, n.º 1 RGIT - Omissões e inexatidões nas comunicações de faturas e inventários

O n.º 1 do artigo 119.º do RGIT passa a considerar como punível, com coima de € 375 a € 22.500, as omissões e inexatidões praticadas nas comunicações, guias e registos, ainda que em formato digital.

Esclarece-se ainda que, para este efeito, são consideradas comunicações as referidas no n.º 9 do artigo 117.º (nomeadamente, comunicação dos elementos das faturas e dos inventários).

Outras Matérias

Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto - Comunicação de faturas e documentos de conferência de entrega de mercadorias e prestações de serviços

No que respeita à comunicação das faturas bem como dos elementos dos documentos de conferência de entrega de mercadorias ou da prestação de serviços, verifica-se uma alteração no prazo para o exercício da obrigação, passando este para o 12.º dia seguinte ao mês da emissão da fatura (durante o ano 2019 esta obrigação deve ser cumprida até ao 15.º dia do mês seguinte ao da emissão da fatura).

Adicionalmente, relativamente aos dados comunicados, a obrigação de conservação dos mesmos deve ser cumprida até ao final do décimo quinto ano seguinte àquele a que respeitam, sendo obrigatoriamente destruídos no prazo de seis meses após o decurso deste prazo.

Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro - Pré-preenchimento da IES/DA com dados do ficheiro SAF-T PT da contabilidade

Determina-se que, para efeitos do pré-preenchimento da IES/DA com os dados extraídos do ficheiro SAF-T (PT) relativo à Contabilidade, devam ser excluídos, previamente à submissão do ficheiro, os campos de dados que sejam considerados de menor relevância ou de desproporcionalidade face ao âmbito e objeto do diploma em apreço, designadamente dados que possam por em causa deveres de sigilo.

Tendo em vista este objetivo, determina-se que os campos de dados do ficheiro SAF-T (PT) relativo à Contabilidade e os procedimentos a adotar pelos sujeitos passivos sejam definidos por Decreto-Lei.

Adicionalmente, esclarece-se que a obrigação de submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à Contabilidade, devidamente expurgado nos termos *supra*, está dependente de prévia publicação do referido Decreto-Lei.

